

ARTIGO

ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: CONTRASTES DE ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL NO DISTRITO FEDERAL*

VIVIANE FERNANDES FARIA PINTO - (<https://orcid.org/0000-0003-0973-7300>)**
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília, DF, Brasil

FERNANDA MÜLLER - (<https://orcid.org/0000-0002-1788-8662>***
Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil

JUAREZ JOSÉ TUCHINSKI DOS ANJOS - (<https://orcid.org/0000-0003-4677-5816>****
Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil

RESUMO: A criação de Brasília ocorreu em meio a utopias, sobretudo a de superar os problemas sociais dos grandes centros urbanos brasileiros. Uma das estratégias encontradas por Anísio Teixeira foi a apresentação de um projeto educacional inovador, baseado no acesso irrestrito à educação pública da pré-escola à universidade. Ao contrastar o passado e o presente, procuramos evidenciar aspectos das desigualdades na nova capital com foco na Educação Infantil, analisando dois recortes temporais: 1) acontecimentos documentados nos primeiros anos após a fundação da capital; e 2) dados contemporâneos de renda e de acesso à Educação Infantil. Demonstramos que a exclusão social que marca a capital remonta a sua fundação e persiste para além das divisões geográficas entre o Plano Piloto e as demais Regiões Administrativas do Distrito Federal. As desigualdades também são observadas no sistema educacional, sobretudo na Educação Infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil; Desigualdade Social; Distrito Federal.

BETWEEN PAST AND PRESENT: CONTRASTS IN ACCESS TO EARLY CHILDHOOD EDUCATION IN THE FEDERAL DISTRICT

ABSTRACT: The foundation of Brasilia occurred in the midst of utopias, especially that to overcome the Brazilian urban centers' social problems. One of the strategies proposed by Anísio Teixeira was the presentation of an innovative educational project, based on unrestricted access to public education from pre-school to university. Contrasting the past and present, we sought to highlight aspects of inequalities in the new capital with a

*Agradecemos ao CNPq pelo auxílio financeiro e a Rafaela N. Marques pelas sugestões dadas ao texto.

**Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília e Pesquisadora do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. E-mail: <viviane.educ@gmail.com> .

***Doutora em Educação e Professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. E-mail: <fernandamuller@unb.br> .

****Doutor em Educação e Professor Adjunto da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. E-mail: <juarezdosanhos@yahoo.com.br> .

focus on Early Childhood Education, analyzing two moments in time: 1) events documented in the first years after the inauguration of the capital; and 2) contemporary data about income and access to Early Childhood education. We demonstrate that the social exclusion that characterizes the capital goes back to its inauguration and persists beyond the geographical divisions between the Pilot Plan and the other Administrative Regions of the Federal District. Inequality is also observed in the educational system, especially in Early Childhood Education.

Keywords: Early Childhood Education; Social Inequality; Federal District.

INTRODUÇÃO

O Distrito Federal (DF) possui uma divisão político-administrativa peculiar no país, sendo a única Unidade Federativa que acumula as competências estadual e municipal no que tange à gestão, incluindo a educacional. Com uma população estimada em três milhões de habitantes (IBGE, 2017), o DF é um território notadamente marcado por contrastes sociais, o que vem sendo sugerido por estudos realizados ao longo da década (IPEA, 2012; IBGE, 2014; DISTRITO FEDERAL, 2016). Um exemplo de indicador que sugere a alta concentração de renda e de desigualdades sociais no DF é a aplicação do índice de Gini.¹ Se o Brasil é historicamente notado como um país de alta e persistente desigualdade de renda, no DF este índice é ainda superior à média nacional. Enquanto o índice de Gini no Brasil foi de 0,549 em 2016, no DF chegou a 0,583, o mais alto entre as Unidades Federativas brasileiras (IBGE, 2016). O DF apresenta um elevado grau de iniquidade, característica persistente ao longo dos anos e, ao contrário da maioria dos estados brasileiros, a pobreza extrema e a desigualdade, inclusive, cresceram apesar da queda observada na própria região Centro-Oeste e no Brasil (IPEA, 2012).

Outra informação relevante para a compreensão dos aspectos socioeconômicos do DF é que a renda da população é alta quando comparada ao restante da população brasileira. Neste ponto, enquanto a renda domiciliar média da população no DF em 2015 foi de R\$ 5.192,38 e a renda per capita foi de R\$ 1.652,97, neste mesmo período, a renda per capita brasileira não ultrapassou R\$ 1.052,00 (IBGE, 2016). No entanto, ainda que o DF possua renda superior à média nacional, quando observadas as diferenças de renda entre as 31 Regiões Administrativas (RAs) que o compõem, as desigualdades se destacam.

Ao comparar os dados da pesquisa realizada pela CODEPLAN (DISTRITO FEDERAL, 2016), observamos que a renda per capita nas diversas regiões do DF varia significativamente. A diferença, por

exemplo, entre a RA de maior e a de menor renda supera 10 vezes. Enquanto na RA de renda mais baixa (RA XIV - SCIA) esse montante é de pouco mais do que meio salário mínimo, na RA mais privilegiada (RA XVI - Lago Sul) esse valor ultrapassa 10 salários mínimos.

Outro dado relevante é que no Plano Piloto (RA I) a renda domiciliar média mais alta representa quatro vezes a média do DF. Além disso, os processos de desigualdade também se fazem presentes nas subdivisões internas às próprias RAs. Para exemplificar esta questão, podemos utilizar o exemplo da RA XX - Águas Claras, que possui uma composição muito díspar. Organizada em três sub-regiões - Águas Claras Vertical, Arniqueiras e Areal - a renda domiciliar mensal na primeira corresponde a R\$ 11.692,54 (13,29 salários mínimos), enquanto na segunda a renda é de R\$ 5.744,90 (6,53 salários mínimos) e na terceira, R\$ 4.361,43 (4,96 salários mínimos), respectivamente (DISTRITO FEDERAL, 2016). Mesmo que esses dados sejam relevantes e mostrem as iniquidades observadas na capital, a distância entre as experiências dos habitantes do Plano Piloto e das demais RAs - que ficaram conhecidas como cidades-satélite – excedem os limites geográficos e de renda e se apresentam nos modos de vida, nas características de ocupação e de deslocamento no espaço urbano e nas marcadas diferenças entre o núcleo planejado e as periferias.

A desigualdade no DF não é um fenômeno recente, mas remonta à própria fundação da nova capital. Uma reflexão do criador do projeto urbanístico de Brasília, Lucio Costa (1902-1998),² que contrapôs a cidade ideal à cidade real mais de 20 anos após a inauguração da capital, sugere que as experiências dos habitantes diferem a depender da região em que vivem, conforme observamos em suas próprias palavras:

Eu caí em cheio na realidade, e uma das realidades que me surpreenderam foi a rodoviária, à noitinha. Eu sempre repeti que essa plataforma rodoviária era o traço de união da metrópole, da capital, com as cidades-satélites improvisadas da periferia. É um ponto forçado, em que toda essa população que mora fora entra em contacto com a cidade. Então eu senti esse movimento, essa vida intensa dos verdadeiros brasilienses, essa massa que vive fora e converge para a rodoviária. Ali é a casa deles, é o lugar onde eles se sentem à vontade. Eles protelam, até a volta para a cidade-satélite e ficam ali, bebericando. Eu fiquei surpreendido com a boa disposição daquelas caras saudáveis. E o “centro de compras”, então, fica funcionando até meia noite... Isto tudo é muito diferente do que eu tinha imaginado para esse centro urbano, como uma coisa requintada, meio cosmopolita. Mas não é. Quem tomou conta dele foram esses brasileiros verdadeiros que construíram a cidade e estão ali legitimamente. Só o Brasil... E eu fiquei orgulhoso disso, fiquei satisfeito. É isto. Eles estão com a razão, eu é que estava errado. Eles tomaram conta daquilo que não foi concebido para eles. Foi uma bastilha. Então eu vi que Brasília tem raízes brasileiras reais, não é uma flor

de estufa como podia ser. Brasília está funcionando e vai funcionar cada vez mais. Na verdade, o sonho foi menor que a realidade. A realidade foi maior, mais bela (ArPDF/CODEPLAN/DePHAN/GDF, 1991, p. 9).

Com base na breve descrição desta história, interessa-nos nesse artigo tratar aspectos que extrapolam as idiossincrasias entre o planejado e o executado do plano urbanístico e que se materializam nos contrastes da vida cotidiana dos habitantes do DF, sobretudo, pelas diferenças observadas no ingresso de crianças pequenas ao sistema educacional. Assim sendo, esse artigo aborda o acesso à Educação Infantil na capital, à luz da utopia de uma cidade projetada para oferecer as mesmas oportunidades aos seus habitantes, independente da origem social. Neste contexto de contrastes, também analisa como tem ocorrido a distribuição da população entre zero e seis anos³ nas instituições educacionais do DF, em relação à renda das famílias às quais estas crianças pertencem.

Contrapomos o planejamento urbano e educacional e a documentação dos primeiros anos da nova capital com dados contemporâneos sobre renda e acesso à Educação Infantil no DF. Na primeira parte do artigo, utilizamos como referências notícias publicadas no *Correio Braziliense*, periódico de maior circulação na cidade, sobre o sistema educacional.⁴ À luz dessa empiria, analisamos na segunda parte do texto dados provenientes da PDAD-DF, realizada entre os anos de 2015 e 2016 (DISTRITO FEDERAL, 2016), e dados do censo educacional publicados pela Secretaria de Educação do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2017a) sobre a distribuição de matrículas em creches e pré-escolas. Procuramos evidenciar no trabalho como tem ocorrido a distribuição das crianças na Educação Infantil desde a inauguração de Brasília, usando dados que demonstram as experiências desiguais dos habitantes das diferentes RAs do DF.⁵

Neste exercício analítico de contraste entre diferentes temporalidades, não queremos cair nas armadilhas da historiografia positivista do século XIX, que buscava, por meio desse tipo de operação, explicar e justificar o presente de forma simplista, em relações de causa-efeito. A finalidade aqui é de procurar construir, pela investigação de um processo histórico que consideramos ainda em movimento e inacabado, uma compreensão mais alargada da problemática relativa ao acesso à Educação Infantil no DF, perpassada por condições e contradições que possuem uma historicidade. Ao ser desvelada, tal historicidade pode fornecer elementos capazes de informar, de forma mais consistente, nossas ações e opções contemporâneas, com vistas a uma maior equidade no atendimento à pequena infância no DF.

O PLANO EDUCACIONAL ORIGINAL E OS JARDINS DE INFÂNCIA⁶

Inaugurada em 1960, Brasília nasce cercada de utopias: além de dar vazão aos ideais desenvolvimentistas do então Presidente da República, Juscelino Kubitschek (1902-1976), o projeto urbanístico buscava oferecer aos seus habitantes tudo o que seria necessário para se viver, tais como áreas verdes, escolas, comércio, acesso a hospitais, etc. Além das questões de ordem prática, a criação de Brasília dialogava com ideias vinculadas à modernização da sociedade brasileira em diferentes aspectos e que acabaram por chocar-se com as dificuldades oriundas da própria constituição social do país. Milton Santos (2010 p. 73), ao tratar de Brasília cerca de quatro anos depois de sua construção, já refletia a respeito da relação entre a utopia do planejamento e a realidade das condições de vida dos habitantes, na qual as desigualdades e o subdesenvolvimento interplavam a “vontade criadora”. Nos termos do autor,

Brasília já nascia com um destino predeterminado: ser «a cabeça do Brasil», o «cérebro das mais altas decisões nacionais». Capital administrativa e canteiro de obras, essas duas realidades - a realidade planejada e a realidade condição para a primeira - vão contribuir para lhe dar uma fisionomia, um ritmo de vida, um conteúdo. De maneira ideal - e era a pretensão dos planejadores - a realidade planejada iria substituindo a realidade condição. Brasília seria cada vez mais uma Capital voluntariamente construída e cada vez menos um canteiro de obras. Essa evolução complementar, em sentidos contrários, poderia continuar marcando a vida da cidade, se ao longo dos dois, não permanecesse um fator de complexidade mais forte: o subdesenvolvimento do país e tudo que o acompanha (SANTOS, 2010, p. 73).

O conflito entre a “vontade criadora” e os obstáculos de um país marcado pelas iniquidades parece também ter se refletido no âmbito educacional. Assim como no projeto da nova capital, o Plano Educacional de Brasília, formulado pelo educador e intelectual brasileiro Anísio Teixeira (1900-1971)⁷ e publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos em 1961, tinha por objetivo, entre outros aspectos, superar a marcada divisão social observada no Brasil. Teixeira adotava a perspectiva de um sistema educacional de qualidade com evidente apelo democratizante, no qual a escola pública funcionaria como um elemento-chave (CARVALHO, 2011; PEREIRA; ROCHA, 2011; SOUZA, 2016; VASCONCELOS, 2013). Formulado de forma articulada e integrado ao plano urbanístico do Plano Piloto, o “Plano de Construções Escolares de Brasília” (TEIXEIRA, 1961) propunha, por exemplo, distribuir de forma equitativa e equidistante as escolas de maneira que o trajeto até as

instituições escolares fosse o menor possível, priorizando a segurança e a autonomia das crianças (SILVA, 1985; SOUZA, 2015).

O plano educacional proposto para Brasília vinha suscitando discussões e em 1963 um repórter do Correio Braziliense questionou Anísio Teixeira se haveria especificidades em Brasília que exigiriam um plano educacional diferenciado, ao que ele respondeu:

O problema de uma cidade que não tem história, mas que foi criada artificialmente, evidentemente apresenta particularidades em absoluto únicas. Não se poderia dizer que é sem precedentes o problema de cidades criadas por processos artificiais, como Brasília. Mas a verdade é que se tem de trazer pessoas competentes para cuidar dos problemas – previstos ou eventuais – de natureza particularíssima. Mas, ao mesmo tempo, no que se refere ao assunto que nos interessa no momento, o sistema escolar, por exemplo, pode ser implantado com inovações muito dificilmente realizáveis em outros centros urbanos, onde certos conceitos já estão cristalizados, onde muitas vezes a mentalidade reinante é impermeável às inovações (CORREIO BRAZILIENSE, 21/06/1963, p. 7).

Conforme observamos, nascia com Brasília a ideia de um sistema educacional que buscava superar os entraves vivenciados em sistemas educacionais cristalizados. A ideia, portanto, era a de possibilitar um sistema educacional que, entre outras coisas, superasse a dualidade entre a escola para as elites e a escola para os pobres. Visava-se concentrar crianças de todas as classes sociais nas mesmas instituições por meio do desenvolvimento de um plano educacional inovador e inserido em uma perspectiva da modernidade (PEREIRA; ROCHA, 2011; SILVA, 1985).

Nesse clima, matérias publicadas pelo Correio Braziliense, que acompanhavam o primeiro ano letivo após a inauguração de Brasília, relatavam com entusiasmo o convívio entre filhos de deputados e de operários nas instituições educativas: “Ali brincam juntos, no ambiente mais sadio possível, com distribuição gratuita de lanches, filhos de deputados e de candangos” (CORREIO BRAZILIENSE, 27/04/1960, p. 8). Logo, o Plano Educacional de Brasília apresentava uma compreensão sistêmica e integral de educação e que contemplava desde a educação pré-escolar, por meio dos Jardins de Infância, até a Universidade. Neste sentido, se apresentava como uma proposta capaz de formar o cidadão para a modernidade e para a democracia enquanto era um modelo de educação para o restante do país. Nas palavras de Teixeira,

O plano de construções escolares para Brasília obedeceu ao propósito de abrir oportunidade para a Capital Federal oferecer à Nação um conjunto de escolas que pudessem constituir exemplo e demonstração para o sistema educacional do País. Como as necessidades da civilização moderna cada vez mais impõem obrigações à escola, aumentando-lhe as atribuições e funções, o plano consiste

em cada nível de ensino, desde o primário até o superior ou terciário, como hoje já se está este a chamar um conjunto de edifícios, com funções diversas e considerável variedade de forma e de objetivos, a fim de atender às necessidades específicas de ensino e educação e, além disto, à necessidade de vida e convívio social (TEIXEIRA, 1961, p. 195).

Antes mesmo que o plano educacional para Brasília fosse plenamente desenvolvido, a demanda já se apresentava. Se por um lado, registros da história de Brasília informam que os primeiros grupos que aqui se instalaram eram constituídos em sua grande maioria por operários e funcionários que vinham desacompanhados para o Planalto Central, havendo, portanto, poucas crianças, por outro lado, essa realidade começou a mudar já em 1957, período em que começam a chegar mais famílias. A esse respeito, afirma-se,

A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, representante do poder público, preocupada em atender às necessidades primordiais de educação primária das crianças filhas de seus funcionários e operários, assumiu esta responsabilidade, criando, em fins de 1956, o Departamento de Educação e Saúde, mais tarde Departamento de Educação e Difusão Cultural (Portaria nº 103/B/59 NOVACAP), com o encargo de promover atividades educacionais até a implantação definitiva do Sistema Educacional do Distrito Federal. Assim, a 10 de setembro de 1957, inaugurava-se a primeira escola primária pública de Brasília, o GE-1, depois Escola Classe Júlia Kubitschek (DISTRITO FEDERAL, 2001, p. 29).

A demanda por instituições educacionais foi aumentando à medida que o fluxo migratório também se ampliava. Nesse contexto, de pressão cada vez maior provocada pelo crescimento populacional, a efetivação do Plano Educacional começou a apresentar lacunas. Houve, por exemplo, a implantação de sistemas parciais de ensino, ao invés de período integral, ideia presente no projeto original. A esse problema, aliaram-se os obstáculos financeiros diante da alegação dos altos custos envolvidos para o desenvolvimento da proposta idealizada por Anísio Teixeira. Além disso, outras questões iam sendo agregadas, tais como a falta de prédios escolares e a insuficiência de professoras⁸ para atender as necessidades (CARVALHO, 2011; PEREIRA; CARVALHO, 2011; PEREIRA; ROCHA 2005, 2011).

Outro indicativo do rápido crescimento do sistema educacional de Brasília é que no final de 1959, antes sequer da inauguração oficial da cidade, havia no DF mais de 100 professoras contratadas, distribuídas em 18 escolas primárias e três Jardins de Infância. À época, o número de crianças matriculadas em instituições educacionais públicas e privadas ultrapassava as seis mil. Dessas, 4.682 pertenciam às instituições públicas, conforme demonstrado por Ernesto Silva:⁹

TABELA 1. Número de Matrículas nas Instituições Educacionais Públicas de Brasília em 1959

INSTITUIÇÃO	Nº DE MATRÍCULAS
Jardim de Infância das Casas Populares	44
Jardim de Infância Ernesto Silva	45
Jardim de Infância 21 de Abril	160
Grupo Escolar nº 1 (Velhacap)	560
Escola da Coenge-CCBE	60
Escola do Acampamento do Ipase	113
Escola das Casas Populares	218
Escola da Vila Amaury	480
Escola da Metropolitana	162
Escola da Granja do Torto	86
Escola da Granja do Tamanduá	52
Escola Pery da Rocha França	200
Escola Ernesto Silva	145
Escola de Taguatinga	785
Escola da Papuda	102
Escola da Granja do Riacho Fundo	120
Escola da Fercal	40
Escola Classe da Superquadra 308	640
Escola da Fazenda do Gama	30
Escola do Acampamento da Construtora Rabelo	320
Escola da Candangolândia	320
TOTAL	4.682

Fonte: SILVA (1985).

O sistema educacional do DF enfrentou, desde o início, uma batalha entre o ideal planejado e as necessidades que se apresentavam diante do vertiginoso crescimento populacional. Uma noção mais precisa do impacto relacionado ao aumento da demanda por vagas neste período pode ser indicada ao se observar que os 6.575 alunos matriculados em 1960 passaram para 157.799 em 1970, uma ampliação de 2.300% em uma década. A esse respeito, afirma-se:

Houve períodos particularmente difíceis, como a década e meia inicial, em que o crescimento populacional (e, portanto, da clientela a ser atendida) foi de uma ordem que, não raramente, mostrou-se superior a 25% ao ano. Aliás, o próprio ano de 1960 foi marcado não só pela inauguração do sistema de ensino da nova capital, como ocorreu já registrando um elevado déficit de atendimento, em função de assentamentos fora da área denominada Plano Piloto. Foram anos difíceis, pois a questão quantitativa se impôs diante da qualitativa, em que, muitas vezes, o atendimento tomou um caráter emergencial, com aumento de matrícula ao longo do ano letivo (DISTRITO FEDERAL, 2001, p.12).

Embora estejam disponíveis alguns registros sobre o desenvolvimento da Educação Infantil no sistema educacional do DF, informações sobre Jardins de Infância e creches são raras. Observamos uma discussão em torno das escolas-classe e das escolas-parque (PEREIRA *et al*, 2011; PEREIRA; ROCHA 2005, SOUZA, 2016; VASCONCELOS, 2013), contudo poucas referências a respeito dos Jardins de Infância e, menos ainda, sobre as creches são encontradas, à exceção de matérias do Correio Braziliense da época.

Na edição de 27 de abril de 1960, após descrever o entusiasmo das crianças do jardim de infância – “a meninada abandonou aos gritos as salas do jardim de infância para ver o helicóptero do presidente que passava (...) sobre o local quando a reportagem do CORREIO (...) foi até lá para focalizar o reinício das aulas” (CORREIO, 27/04/1960, p. 8) –, o mesmo jornal indicava como a educação planejada para aquela faixa etária já se mostrava insuficiente diante das necessidades evidentes, somente seis dias após a inauguração da capital. O projeto de educação que começava a ser executado começou a experimentar, inclusive, ajustes e adaptações tão conhecidas da Educação Infantil no país à mesma época:

Abertas as matrículas, no dia seguinte tiveram de ser encerradas, pois que 238 crianças haviam se inscrito para o jardim de infância, que se destinava a apenas 100. O remédio foi desdobrar as atividades do Jardim em dois períodos, funcionando, pela manhã, uma classe para crianças de 6 anos, duas para crianças de 5 anos e uma para crianças de 4 anos. No período da tarde funcionam duas classes para crianças de 6 anos, uma para de 5 e outra para de 4 anos (CORREIO, 27/04/1960, p. 8).

Apesar da crença de que o problema do desequilíbrio entre oferta e demanda pela Educação Infantil seria solucionado, conforme tratado na notícia supracitada, não tardou para que essa questão se manifestasse novamente. Foi o próprio Correio Braziliense que, no dia imediatamente após a inauguração, na coluna do jornalista Ari Cunha, em forma de mininotas, evidenciou uma nova faceta da questão:

O ensino de Brasília está assim: ontem foi inaugurado o Jardim da Infância da Superquadra 108 e matricularam alunos de todas as superquadras, sem que

nenhum aviso fosse feito. Agora, os alunos daquela quadra não dispõem de jardim de infância, porque a capacidade de cada sala é de 25 alunos e já há 30. Pelo plano educacional o déficit de Jardim de Infância é tremendo. A fila aguardando desistências, na quadra 108, é de mais de quarenta crianças. Há alguma coisa errada nisto. Um aluno não poder se matricular em sua superquadra é simplesmente lamentável (CORREIO, 23/08/1961, p. 9).

Outra informação relevante, que comunica traços dessa história, é o registro sobre a primeira greve de professoras de Brasília, ocorrida em 1960. Quando as professoras concursadas chegaram para lecionar se depararam com inúmeras dificuldades, o que culminou em um movimento grevista. Dentre as reivindicações estava a exigência do cumprimento de promessas feitas na ocasião da realização do concurso, que previa o atendimento de seus filhos em creches. A esse respeito afirmam Pereira e Carvalho (2011, p. 107):

Desde os primeiros meses de 1960, os professores concursados que chegaram a Brasília já manifestavam insatisfação por promessas não cumpridas pela administração, como creches para os filhos e, mais acentuadamente, como o grave problema de moradia que se tornou a raiz dos acontecimentos que culminaram, em setembro daquele ano, com a eclosão da primeira greve de professores do Distrito Federal.

Também um elemento revelador sobre o processo de desenvolvimento da Educação Infantil no escopo do projeto educacional de Brasília é o conjunto de instituições educacionais inauguradas entre o final dos anos 1950 e 1980. Neste período, foram inaugurados 18 Jardins de Infância. A única menção encontrada sobre creches refere-se àquela construída em 1967 pelo extinto Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB), que funcionava na parte térrea de um prédio residencial para atender os funcionários daquela autarquia. Em uma publicação da antiga Fundação Educacional do Distrito Federal¹⁰ a respeito do processo de extinção dessa creche, afirma-se:

...logo se viu que um Jardim de Infância seria de melhor serventia no local. Em 1968, a FEDF empenhou-se em instalar e colocar em funcionamento o Jardim de Infância que atenderia à comunidade escolar daquela quadra e, a partir de 12 de fevereiro, já se contava com a Professora Maria Ângela Coutinho Ferreira, como sua primeira diretora (DISTRITO FEDERAL, 1985, p. 119).

Destes 18 Jardins de Infância, nove foram criados na Asa Sul e cinco na Asa Norte. Apenas outros quatro foram criados para além dos limites do Plano Piloto de Brasília, ainda que as escolas-classe já viessem sendo inauguradas em outras regiões desde o fim da década de 1950 e início da de 1960, conforme se observa no quadro.¹¹

TABELA 2. Jardins de Infância da Rede Pública no DF até 1980

	INSTITUIÇÃO	PRIMEIRA GESTORA	INAUGURAÇÃO
1	Jardim de Infância 21 de Abril	Maria Tereza de Medeiros Falcão	1959/1960
2	Jardim de Infância 208 Sul (IPASE)	Tereza Pimenta Pedroso	1960
3	Jardim de Infância 108 Sul	Mirthô Pfeitscher Gonçalves	1961
4	Jardim de Infância 114 Sul	Tereza de Pimenta Pedroso	1962
5	Jardim de Infância 404 Norte	Ajaíse Melo Minervi	1964
6	Jardim de Infância 6º COMAR – Lago Sul	Meiry Monteiro dos Santos	1964
7	Jardim de Infância 305 Sul	Dulce Helena Cramer Garcia	1964/1965
8	Jardim de Infância número 01 do Cruzeiro	Lídia Maria de Freitas	1965
9	Jardim de Infância 308 Sul	Vera Lucia de Melo Pires	1965
10	Jardim de Infância 312 Norte	Maria Ângela Coutinho Ferreira	1968
11	Jardim de Infância número 01 de Sobradinho ¹²	Maria Celina Guimarães Batista	1971
12	Jardim de Infância 316 Sul	Maria José Teixeira Aversa	1973
13	Jardim de Infância 314 Sul	Mirian da Conceição Duarte Bauer	1975
14	Jardim de Infância 102 Sul	Carmélia Carneiro da Silva Jacob	1975
15	Jardim de Infância 106 Norte	Genesi Silva Mendes	1976
16	Jardim de Infância 304 Norte	Angela Maria da Silva Pereira	1976
17	Jardim de Infância 302 Norte	Irani de Souza Barroso	1976
18	Escola Classe e Jardim de Infância Lago Norte	Nanci Lima Coelho	1980

Fonte: DISTRITO FEDERAL (1985).

Portanto, é possível afirmar que as diferenças que figuram como elementos de desigualdade entre a urbe planejada e as cidades-satélite tiveram início no próprio processo de constituição da capital. O fato de as instituições pré-escolares públicas terem sido mantidas quase que exclusivamente no Plano Piloto durante mais de duas décadas reflete a iniquidade que parece permanecer como característica do DF, conforme observamos em estudos contemporâneos sobre o sistema educacional de Brasília, que trataremos na próxima seção.

O ACESSO ATUAL DAS CRIANÇAS AOS JARDINS DE INFÂNCIA

O Governo do Distrito Federal informa no sítio oficial da Secretaria de Estado de Educação (DISTRITO FEDERAL, 2017b) que atualmente a rede pública conta com 27 jardins de infância, 31 centros de Educação Infantil e 189 escolas-classe que atendem crianças de zero a cinco anos de idade. Ainda, este atendimento seria complementado em 42 centros de educação da primeira infância (CEPIs)¹³ e 59 creches conveniadas.

Considerando a possibilidade de que os processos de exclusão e falta de atenção à Educação Infantil no DF não foram rompidos, procuramos compreender de forma pormenorizada a cobertura e o acesso atuais à Educação Infantil, com base na relação entre a renda per capita das famílias e a quantidade de crianças que estão fora do sistema de educação formal nas diferentes RAs do DF.

Neste exercício observamos que, com relação aos dados de acesso à Educação Infantil, nas RAs de menor renda, o percentual de crianças entre zero e seis anos que estão fora do sistema educacional formal pode ultrapassar os 8%, o que significa mais do que o dobro observado nas regiões de renda per capita média e alta. A taxa é alta também nas RAs com renda entre um e dois salários mínimos, conforme indica a Tabela 3.

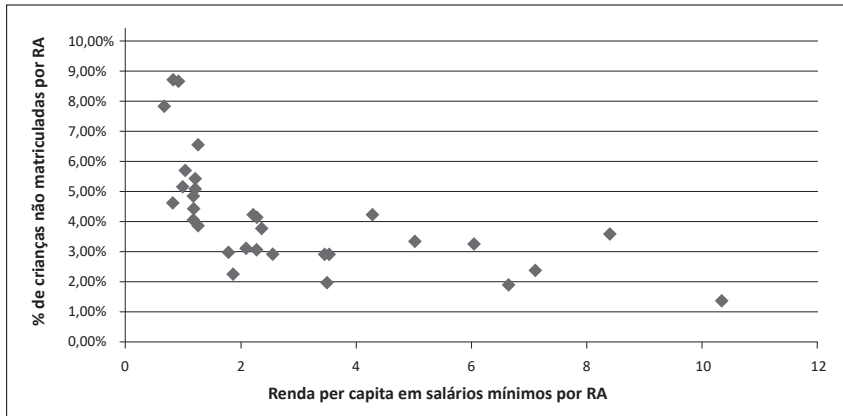
TABELA 3. Dados Socioeconômicos das RAs do Distrito Federal

Região Administrativa	Renda Per Capita em Salários Mínimos	Renda Domiciliar Média Mensal em Salários Mínimos	% de crianças entre 0 e 6 anos em relação à população total	% de crianças entre 0 e 6 anos não atendidas na Educação Formal
SCIA	0,66	2,5	11,59	7,76
Fercal	0,79	2,89	12,10	8,67
Varjão	0,8	2,88	10,49	4,62
Itapoã	0,89	3,24	12,71	8,63
Paranoá	0,96	3,51	10,41	5,17
Recanto das Emas	1,02	3,68	9,00	5,67
Santa Maria	1,13	4,15	8,93	4,83
Samambaia	1,16	4,4	8,39	4,42
Ceilândia	1,16	3,9	7,84	4,06
Riacho Fundo II	1,18	3,96	9,13	5,41
Planaltina	1,19	4,26	8,82	5,09
São Sebastião	1,23	3,92	9,89	6,54
Brazlândia	1,25	4,34	8,85	3,89
Gama	1,77	5,76	6,13	3,01
Candangolândia	1,85	5,68	5,47	2,27
Riacho Fundo	2,06	6,18	7,20	3,11
Sobradinho II	2,2	7,36	7,97	4,26
SAI	2,24	7,43	8,32	4,16
Sobradinho	2,25	7,2	7,01	3,09
Núcleo Bandeirante	2,34	6,58	7,04	3,79
Taguatinga	2,54	7,28	6,40	2,92
Guará	3,41	9,41	5,53	2,96
Cruzeiro	3,46	9,31	6,20	2,02
Vicente Pires	3,5	10,92	6,99	2,92
Agua Claras	3,85	10,69	8,13	4,26
Jardim Botânico	4,99	15,07	7,90	3,35
Lago Norte	6,01	14,83	6,68	3,25
Park Way	6,61	19,89	4,90	1,92
Plano Piloto	7,06	15,73	6,37	2,43
Sudoeste/Octogonal	8,36	17,71	6,77	3,60
Lago Sul	10,3	27,53	3,17	1,42

Fonte: DISTRITO FEDERAL (2016).

Outra observação é que a maior concentração de crianças fora da escola está entre as RAs de menor poder aquisitivo, especialmente aquelas com renda per capita de até dois salários mínimos. Já o número de crianças fora da Educação Infantil nas RAs de renda média e alta varia entre 1,5% a 4%¹⁴ aproximadamente, conforme mostramos no Gráfico 1.

GRÁFICO 1. Distribuição da porcentagem de crianças entre 0 e 6 anos fora da rede educacional do DF em relação à renda per capita das RAs em salários mínimos



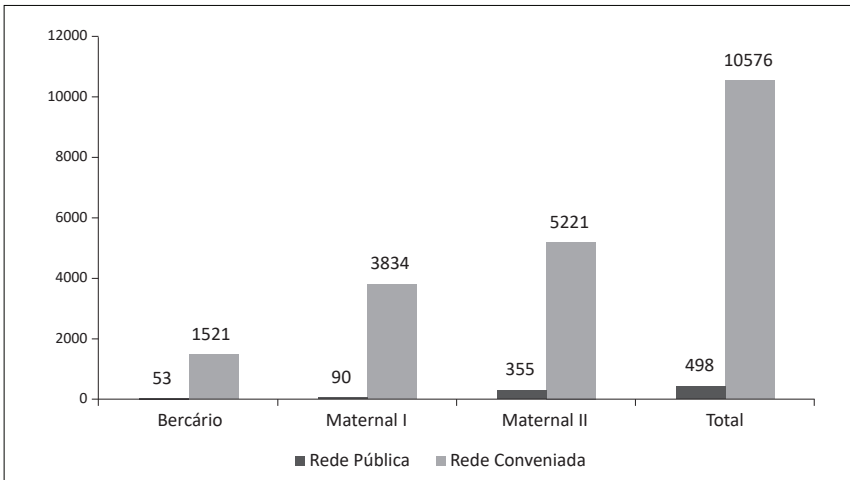
Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Distrito Federal (2016).

É importante destacar, contudo, que os diversos elementos e a complexidade que envolvem as dinâmicas sociais exigem uma leitura contextualizada desses dados. Assim, não se pode afirmar que a ausência ou a presença de crianças entre zero e seis anos em instituições educacionais está relacionada exclusivamente à renda, sendo necessária a realização de estudos que levem em consideração outros fatores e variáveis para a melhor compreensão desse processo. Apesar disso, entendemos que essas informações colaboram para a compreensão do percentual de crianças dessa faixa etária que não frequentam a Educação Infantil no DF, pela formulação de algumas hipóteses. Por exemplo, tendo em vista a baixa oferta de vagas nas instituições públicas de Educação Infantil, em especial para crianças entre zero e três anos, o problema se torna menos visível nas RAs de maior renda, uma vez que nestes espaços a rede privada aparece como uma alternativa viável.

Observando os dados do censo educacional realizado pela Secretaria de Educação do DF em 2016 (DISTRITO FEDERAL, 2017a), outra informação que nos parece relevante refere-se ao número de matrículas em instituições públicas ou em instituições privadas conveniadas. Observamos que as vagas em creches¹⁵ são predominantemente ofertadas pelas redes conveniadas, sendo constatada uma relação inversa quando se trata de pré-escola.

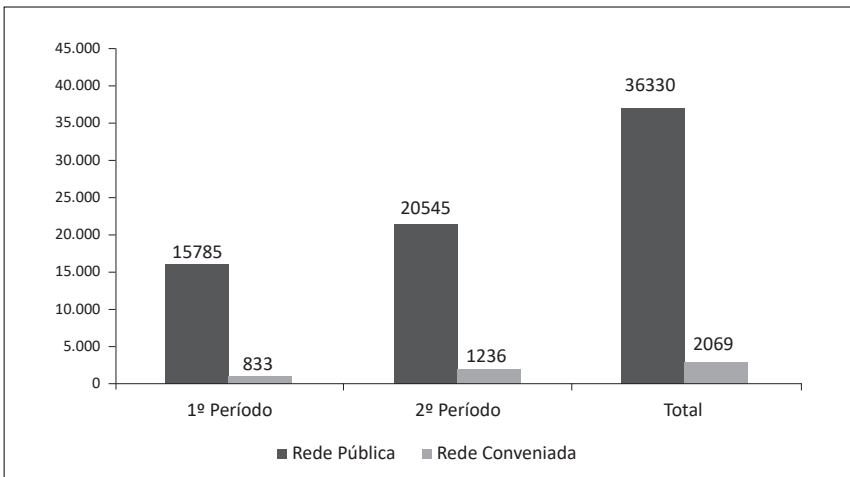
No total, o número de matrículas em creches da rede privada/conveniada chegou a 10.576, enquanto na rede pública esse número foi de apenas 498. No caso da pré-escola, a rede pública contou com 36.330 matrículas, já a rede privada/conveniada foi responsável por 5.170 matrículas, conforme se observa nos Gráficos 2 e 3, apresentados a seguir.

GRÁFICO 2. Distribuição de matrículas na creche (0-3 anos) nas redes pública e particular/conveniada no DF



Fonte: Elaborado pelos autores, com base em DISTRITO FEDERAL (2017a).

GRÁFICO 3. Distribuição de matrículas em pré-escola (4-5 anos) nas redes pública e particular/conveniada no DF



Fonte: Elaborado pelos autores, com base em DISTRITO FEDERAL (2017a).

A análise dos dados nos permite afirmar que o direito constitucional à Educação Infantil tem sido, em alguma medida, negligenciado no DF, especialmente para as famílias com menor renda, i.e., com renda per capita de até dois salários mínimos. Igualmente, os relatórios da PDAD-DF realizada nos anos de 2015 e 2016 evidenciam a iniquidade do acesso à Educação Infantil, especialmente nas RAs com menor poder aquisitivo. Enquanto na RA I - Plano Piloto, o percentual de crianças de zero a seis anos fora da Educação Infantil não chega a 3%, na RA XXXI - Fercal esse número atinge 8,67%.

Outro fator que merece destaque refere-se ao alto número de matrículas na rede particular/conveniada, aquela que tem sido indicada, em diversos estudos, como a que oferece atendimento educacional com maiores prejuízos aos critérios de qualidade (CAMPOS; FÜLLGRAF; WIGGERS 2006; CAMPOS *et al*, 2011). Assim, a baixa qualidade das instituições destinadas às famílias de mais baixa renda parece ser uma realidade no DF, a exemplo do que ocorre no país:

...algumas das variáveis associadas a melhores resultados de qualidade referem-se a características socioeconômicas do bairro e da clientela atendida pela instituição, sugerindo que nem só o acesso é mais difícil para os segmentos de menor renda, mas também a qualidade da educação oferecida nas instituições localizadas nesses bairros tende a ser pior (CAMPOS *et al*, 2011, p. 47).

Utilizando como referência outras pesquisas sobre Educação Infantil realizadas no Brasil, é possível afirmar que, mesmo sendo atendidas no sistema educacional, crianças das regiões mais pobres têm maior probabilidade de sofrer as consequências da oferta de educação de baixa qualidade. Neste aspecto, o problema para as populações de menor renda não é apenas de acesso, mas também de qualidade (CAMPOS *et al*, 2011; CAMPOS, 2012).

Outro fator significativo frente à visível diferença entre as políticas adotadas para as pré-escolas e para as creches no DF é que pesquisas têm demonstrado que as creches apresentam maiores carências; já as pré-escolas contam com melhores condições em relação à formação de professoras, à infraestrutura, à organização da rotina, etc. (CAMPOS; FULLGRAF; WIGGERS 2006). Esses problemas tendem a ser acentuados quando a oferta de vagas é oferecida em creches do tipo conveniadas ou filantrópicas:

As creches, especialmente as comunitárias e conveniadas, geralmente apresentam maiores deficiências quanto ao prédio e aos equipamentos, nos aspectos de conforto, saneamento e adequação à faixa etária. As pré-escolas, de forma geral, contam com melhores condições, porém costumam ser restritivas quanto aos espaços para brincadeiras e atividades autônomas por parte das crianças (CAMPOS; FÜLLGRAF; WIGGERS 2006, p. 119).

Consideramos preocupante que mais de 90% das vagas ofertadas no DF para a primeira etapa da Educação Infantil (creche) sejam de instituições privadas conveniadas. Ao cotejar esses dados e informações com os registros e análises do desenvolvimento histórico das políticas para a infância no Brasil, observamos que, apesar dos avanços, ainda não podemos dizer que as políticas públicas chegam a todos da mesma maneira. Embora percebamos problemas de acesso à Educação Infantil para as crianças pertencentes às famílias de menor renda, para as crianças entre zero e três anos a questão pode ser ainda mais grave diante das políticas que vêm sendo adotadas para este segmento.

Estudos que tratam do panorama mais recente de acesso à creche indicam que, apesar da ampliação de acesso, persiste a adoção de políticas de cunho assistencialista. Para Coutinho (2017),

A identificação da não prioridade das crianças bem pequenas nas políticas educacionais e de uma concepção de educação em creche ainda como assistência explica as políticas alternativas, que muitas vezes têm sido prioridade para os governos (COUTINHO, 2017, p. 26).

Nestes termos, os dados discrepantes de acesso das crianças provenientes de famílias mais vulneráveis à Educação Infantil, bem como as diferenças nas ações públicas destinadas à faixa etária de zero a três anos em relação à de quatro e cinco anos no DF, estão circunscritas em um escopo mais amplo das ações voltadas para esse segmento no Brasil e que convergem para a acentuação de desigualdades. Em outros termos, as ações adotadas têm, em geral, menos qualidade, menos investimentos e a iniquidade como característica (CAMPOS, 2017; CAMPOS, 2012; COUTINHO, 2017; KRAMER, TOLEDO; BARROS, 2014; ROSEMBERG, 1999; ROSSETI-FERREIRA, RAMON; SILVA, 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo procuramos mostrar como tem funcionado o acesso à Educação Infantil no DF, em uma perspectiva sócio-histórica. Ao adotarmos tal abordagem, partimos do pressuposto de que o passado dialoga com o presente, uma vez que o fenômeno analisado não se encontra acabado, mas continua sendo produzido por nós, contemporaneamente. Assim, cabe indagar: o que esse exercício nos revelou sobre a problemática do acesso à Educação Infantil na capital federal? Que perspectivas esse estudo abre no sentido de alargamento do nosso olhar sobre essa questão?

De forma geral, dois pontos principais chamaram a atenção nas análises empreendidas a partir dos dados da PDAD (DISTRITO FEDERAL, 2016) e do Censo Educacional realizado pela Secretaria de Educação do DF (DISTRITO FEDERAL, 2017a): o número de crianças fora das instituições de Educação Infantil em relação à renda per capita das RAs que elas habitam e a distribuição das suas matrículas na rede pública ou na rede privada/conveniada por etapa da Educação Infantil (creche ou pré-escola).

O primeiro aspecto a ser levado em consideração relaciona-se à ideia de que as crianças em situação de maior vulnerabilidade são aquelas cujo direito à educação tem sido recorrentemente negligenciado. Essa afirmativa está baseada na constatação de que nessas regiões estão concentrados os maiores percentuais de crianças não atendidas em instituições educacionais. Outros estudos que apresentam resultados similares ressaltam que as diferenças nas condições de oferta da Educação Infantil estão diretamente associadas ao contexto das grandes desigualdades que subsistem no país. O segundo aspecto observado é o número significativo de crianças entre zero e seis anos matriculadas em instituições do tipo conveniadas, que historicamente têm sido reconhecidas no Brasil como de baixa qualidade.

Outra questão relevante a partir da reconstrução histórica da Educação Infantil no DF e somada às condições de oferta atuais é que a pré-escola, e também a creche, não foi prioridade nas políticas educacionais. Além de pouca referência na legislação, é evidente a opção por políticas de menor custo e a consequente priorização de oferta de matrículas na rede particular/conveniada, sem que se garanta o acompanhamento de critérios de qualidade. Os dados aqui discutidos mostram que, embora tenha ocorrido uma grande expansão do sistema de Educação Infantil no país, incluindo o DF, há indícios de que a ampliação de vagas esteja centrada apenas nos aspectos quantitativos e não necessariamente relacionados à qualidade.

Partindo do pressuposto de que a compreensão da realidade atual é também consequência das ações realizadas em um determinado tempo e espaço históricos, é possível afirmar que vivemos em uma sociedade estratificada e marcada por abismos sociais que se atualizam na organização dos sistemas educacionais. Assim, essa breve análise relacionada às condições de acesso/oferta à Educação Infantil no DF sugere que as ações públicas direcionadas à infância ainda são caracterizadas pela ambivalência presente na história das políticas para a infância no Brasil.

Concluimos este artigo ressaltando a necessidade de priorização de ações e políticas educativas, especialmente, voltadas às crianças e famílias que estejam em situação de maior vulnerabilidade. Embora não se negue os avanços significativos ao longo da história, há indicativos de que os problemas relacionados à qualidade ainda persistem, especialmente para os grupos que têm sido socialmente excluídos na capital do país.

REFERÊNCIAS

ArPDF/CODEPLAN/DePHAN/GDF. **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. Brasília, 1991.

BASTOS, M. H. C. Apresentação. In.: FROEBEL, F. W. A. **A Educação do Homem**. Passo Fundo: UPF Editora, p. 5-11, 2001.

BRASI L. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 06 mar. 2017

CAMPOS, M. M. *et al.* A qualidade da educação infantil: um estudo em seis capitais Brasileiras. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 142, p. 20-54, abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742011000100003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 12 maio 2017

CAMPOS, M. M.; FÜLLGRAF, J.; WIGGERS, V. A qualidade da Educação Infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 127, p. 87-128, abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742006000100005>. Acesso em: 12 abr. 2017

CAMPOS, R. Educação Infantil após 20 anos da LDB: avanços e desafios. **Poiésis**, v.11, n.19, p.141-156, jan./jun. 2017. Disponível em: <<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/4780/3150>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

CAMPOS, R. F. “Política pequena” para as crianças pequenas?: Experiências e desafios no atendimento das crianças de 0 a 3 anos na América Latina. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 49, p. 81-105, abr. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782012000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 dez. 2017.

CARVALHO, P. M. O primeiro ano letivo da nova capital nas páginas do Correio Braziliense. In: PEREIRA, E. W. *et al* (org). **Nas Asas de Brasília**: memórias de uma utopia educativa 1956-1984. Brasília: Universidade de Brasília, p. 315-338, 2011.

CAVALIERE, A. M. Anísio Teixeira e a educação integral. **Paidéia** (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, v.20, n.46, p.249-259, ago. 2010. <Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2010000200012>. Acesso em: 12 jun. 2017

CORREIO BRAZILIENSE. Brasília, 27 de abril de 1960. <Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=028274_01>. Acesso em: 17 jun. 2017

CORREIO BRAZILIENSE. Brasília, 11 de fevereiro de 1961. <Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=028274_01>. Acesso em: 17 jun. 2017

CORREIO BRAZILIENSE. Brasília, 19 de março de 1961. <Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=028274_01>. Acesso em: 17 jun. 2017

CORREIO BRAZILIENSE. Brasília, 22 de agosto de 1961. <Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=028274_01>. Acesso em: 17 jun. 2017

CORREIO BRAZILIENSE. Brasília, 23 de agosto de 1961. <Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=028274_01>. Acesso em: 17 jun. 2017

CORREIO BRAZILIENSE. Brasília, 21 de junho de 1963. <Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=028274_01>. Acesso em: 17 jun. 2017.

COUTINHO, A. S. As políticas para a educação de crianças de 0 a 3 anos no Brasil: avanços e (possíveis) retrocessos. **Laplage em Revista** (Sorocaba), v.3, n.1, jan.-abr., p.19-28, 2017.

DARN'TON, R. Introdução. In: DARN'TON, R.; ROCHE, D. (org.). **Revolução Impressa**. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 15-20.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Planejamento. GDF-SEC-DEPLAN. **A origem do sistema educacional de Brasília**: Projeto de Arquivo da Memória da Educação em Brasília. 1984.

DISTRITO FEDERAL. **Escolas da Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF)**. Volumes I e II. COBAPA. Fundação Educacional do Distrito Federal. Brasília, 1985.

DISTRITO FEDERAL. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios do Distrito Federal – PDAD/DF – 2015**. Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PDAD-Distrito-Federal-1.pdf>. Acesso: 24 de jan. 2017

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **40 anos de educação em Brasília/Secretaria de Estado de Educação**. Brasília: Subsecretária de Planejamento e de Inspeção de Ensino. 2001.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Apresentação (Censo Escolar)**. Brasília, 2017a. Disponível em: <<http://www.se.df.gov.br/servicos/censo-escolar.html>> Acesso em 10 dez. 2017.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Atendimento à primeira infância**. Brasília, 2017b. Disponível em: <<http://www.se.df.gov.br/atendimento-a-primeira-infancia.html>> Acesso em 10 dez. 2017.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. **Lúcio Costa**. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa14559/lucio-costa>> Acesso em: 10 dez. 2017.

FROEBEL, F. W. A. **Pedagogics of the kindergarten**. New York and London: D. Appleton and Company, 1895. Disponível em: <<https://archive.org/details/friedrichfroebe01jarvgoog>> Acesso em: 10 dez. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101390.pdf>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Síntese dos Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: 2015. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2017

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Síntese dos Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2017

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Estimativas da população residente para os municípios e para as unidades da federação brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2017**. Rio de Janeiro: 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100923.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2017

INSTITUTO DE PESQUISAS SOCIAIS E APLICADAS – IPEA. **Situação Social nos Estados**: Distrito Federal. Brasília: 2012. Disponível em: <https://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao_social/120119_relatorio_situacaosocial_df.pdf>. Acesso em: 14 set. 2017

KRAMER, S.; TOLEDO, L. P. B.; BARROS, C. Gestão da educação infantil nas políticas municipais. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 56, p. 11-36, Mar. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782014000100002>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

KUHLMANN JR., M. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 05-18, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a02>>. Acesso em: 10 dez. 2017

MOURÃO, T. F.; OLIVEIRA, M. F. G. **Poeira e Batom no Planalto Central - 50 mulheres na construção de Brasília**. Brasília: IPAM, 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9rxJUc8kbSk>>. Acesso em: 11 dez. 2017

PERES, J. R. R.; PASSONE, E. F. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.40, n.140, p. 649-673, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742010000200017&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 10 jun. 2017

PEREIRA, E. W.; HENRIQUES, C. M. N. A primeira escola pública do Distrito Federal: memória e história. **Revista de Estudos Sobre a Educação Pública**, Brasília, v.1, n.1, p. 04-19, ago. 2013. <Disponível em: <http://www.eape.se.df.gov.br/revista3/index.php/eape/article/view/5/11>>. Acesso em: 10 ago. 2017

PEREIRA, E. W.; CARVALHO, P. M. Resistência, contradições e impasses na concretização do plano de Anísio Teixeira. In: PEREIRA, E. W. *et al*(org). **Nas Asas de Brasília**: memórias de uma utopia educativa 1956-1984. Brasília: Universidade de Brasília, p. 103-120, 2011.

PEREIRA, E. W.; ROCHA, M. L. F. Anísio Teixeira e o plano educacional de Brasília. In: PEREIRA, E. W. *et al* (org.). **Nas Asas de Brasília: memórias de uma utopia educativa 1956-1984**. Brasília: Universidade de Brasília, p. 27-45, 2011.

ROSEMBERG, F. Expansão da educação infantil e processo de exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, n.107, p. 7-44, jul. 1999.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; RAMON, F.; SILVA, A. P. S. Políticas de Atendimento à Criança Pequena nos Países em Desenvolvimento. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 65-100, mar. 2002.

SANTOS, M. Brasília, a nova capital brasileira. **Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo**, v. 11, n. 1, p. 43-57, 2010. Disponível em: <http://www.iau.usp.br/revista_risco/Risco11-pdf/03_ref2_risco11.pdf>. Acesso em: 16 out. 2017.

SILVA, E. **História de Brasília**. Brasília: Senado Federal, 1985.

SOUZA, E. Um plano educacional para um novo tempo: Anísio Teixeira e as escolas classe/escola parque de Brasília. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, Vitória, v. 3, n. 2, p. 39-52, 2015. <Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/cadecs/article/view/13654/9674>>. Acesso em: 23 jun. 2017

TEIXEIRA, A. E. Plano de construções escolares de Brasília. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.35, n.81, p. 195-199, jan./mar. 1961. <Disponível em: <http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/artigos/plano3.html>>. Acesso em: 16 jul. 2017

TEIXEIRA, A. Fazer de Brasília um modelo para a educação no País. Entrevista. **Correio Braziliense**. Brasília, 21 jun. 1963.

VASCONCELOS, M. P. Da educação pública e o plano educacional de Anísio Teixeira. **Revista de Estudos Sobre a Educação Pública**, Brasília, v.1, n.1, p. 20-33, ago. 2013. <Disponível em: <http://www.eape.se.df.gov.br/revista3/index.php/eape/article/view/6/12>>. Acesso em: 19 jul. 2017

NOTAS

¹ Refere-se a uma medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero, perfeita igualdade, até um, a desigualdade máxima (IBGE, 2016).

² Lúcio Costa foi arquiteto, urbanista, estudioso e teórico da arquitetura, além de conservador do patrimônio. Embora desde os anos 1930 tenha se aproximado da estética moderna em suas obras, foi a sua participação no concurso para a escolha do projeto da nova capital em 1957, do qual saiu vencedor com proposta bastante simples se comparada às demais, que lhe deu visibilidade nacional e internacional (ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL, 2017).

³ Embora a Educação Infantil seja direcionada às crianças entre zero e cinco anos, nos dados da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2016) o corte etário feito foi de crianças entre zero e seis anos. Contudo, consideramos que este recorte não invalida o estudo, dado que a maior parte das crianças não atendidas pelos sistemas formais de ensino concentra-se na faixa de zero a três anos, uma vez que a oferta de vagas para essa faixa não é obrigatória.

⁴ O Correio Braziliense, em funcionamento ainda hoje, foi o primeiro jornal de Brasília, inaugurado juntamente com a cidade, em 21 de abril de 1960. É, por essa razão, uma fonte privilegiada para o estudo da história da educação na capital federal, já que, conforme Robert Darnton (1996), a partir de seus estudos sobre o papel da imprensa na história, o Correio (como também o denominaremos, de forma abreviada, neste trabalho), foi testemunha e ingrediente dos acontecimentos que relatou em suas páginas. Para esta pesquisa, consultaram-se os números relativos aos primeiros quatro anos do periódico.

⁵ Criadas pela Lei nº 4.545/64.

⁶ As instituições públicas de Educação Infantil do Distrito Federal apresentam atualmente nomenclaturas diversas e já pouco usuais no Brasil como um todo. Aquelas instituições que atendem crianças de zero a cinco anos de idade, i.e., com turmas de creche e pré-escola, são denominadas Centros de Educação Infantil. Oferecem, predominantemente, atendimento em turno integral. As instituições cujo atendimento volta-se para as crianças de quatro e cinco anos, que oferecem pré-escola, ainda são chamadas de Jardim de Infância. Os Jardins de Infância operam em turno parcial. Ainda, as escolas-classe oferecem turmas de pré-escola. Mesmo que na documentação consultada não tenhamos encontrado uma justificativa para o uso desta nomenclatura, no Distrito Federal, à época da fundação de Brasília, inferimos a existência de um percurso de ideias que circularam entre Froebel, Decroly, Dewey e Anísio Teixeira. Ao apresentar a obra de Froebel, a “Educação do Homem”, Bastos escreve (2001, p. 7, grifo da autora): “Ao criar o jardim de infância, pensava em abolir os asilos de crianças do seu tempo, mas não pensava numa organização social-pedagógica complementar da família, e, sim, numa *instituição-modelo*, em que jovens mulheres, interagindo com crianças brincando, pudessem se preparar para a sua mais importante tarefa *dentro da família*”. Froebel (1895, p. 7, tradução nossa) cunhou o termo ao associar a humanidade à natureza: “O homem, quando criança, lembra a flor da planta, a flor da árvore; como estão em relação à árvore, assim como a criança em relação à humanidade - um broto jovem, uma flor fresca e, como tal, traz, inclui e proclama o reaparecimento incessante da nova vida humana”. Certamente, assim como ocorreu em outras cidades documentadas por Kuhlmann Jr. (2000), o termo jardim de infância tinha a mesma inspiração pedagógica nas ideias de Froebel na recém-fundada Brasília; a razão pela qual se mantém já faz parte de outro projeto de investigação.

⁷ Anísio Teixeira foi escolhido para a elaboração do plano educacional de Brasília por ocupar, à época, o cargo de diretor do Inep, instituição que, antes da criação dos programas de pós-graduação em educação no Brasil, foi a grande responsável pela pesquisa educacional no país. Contudo, o educador já acumulava, então, reconhecimento nacional por sua extensa experiência em vários cargos ligados à educação na Bahia e no Rio de Janeiro. Sua militância no campo educacional assinalava, dentre outros, sua condição de signatário do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova (1932) e do Manifesto Mais Uma Vez Convocados (1959). As bases políticas e pedagógicas de sua ação como educador se pautavam na luta contra o privatismo na educação e o acesso de todos à escola pública, gratuita e laica, sob a inspiração do pragmatismo de John Dewey. Vide, a este respeito, Nunes (2001).

⁸ Tânia Fontenele Mourão e Monica F. Gaspar de Oliveira produziram o documentário “Poeira e Batom no Planalto Central - 50 mulheres na construção de Brasília” (2010), que apresenta a experiência das primeiras mulheres que chegaram mesmo antes da inauguração de Brasília. Em 2015 foi lançada a exposição “Memórias Femininas da construção de Brasília”, também organizada por Tânia Fontenele Mourão, que documentou a construção da nova

capital por meio do olhar de mulheres recém-chegadas, oriundas das mais diversas regiões do Brasil e de outros países. Estes dois materiais documentam a contribuição de mulheres ao projeto urbano, e, especialmente no caso de professoras, ao projeto educacional.

⁹ Ernesto Silva (1914-2010) ocupou uma posição de destaque na construção de Brasília. Foi secretário da Comissão de Localização da Nova Capital do Brasil (1953/1955); presidente da Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal (1956); diretor da Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP (1956/1961) e conselheiro da Fundação Educacional e da Fundação Hospitalar do DF (1960/1961). Foi o responsável pela divulgação do edital do concurso para o Plano Piloto de Brasília em 1956 e, após a construção de Brasília, contribuiu com a elaboração do Plano de Educação e Saúde para a nova capital.

¹⁰ A antiga Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF) é atualmente denominada Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF).

¹¹ Consta o registro de um jardim de infância em Planaltina, que foi extinto. Denominado “Jardim de Infância da Cidade Satélite de Planaltina”, foi criado em 1974, tendo sido incorporado ao Centro Educacional 01 de Planaltina em 1976.

¹² Nome original na ocasião de sua inauguração foi “Jardim de Infância na Cidade Satélite de Sobradinho”.

¹³ São decorrentes do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância). Segundo informações da Secretaria de Educação (DISTRITO FEDERAL, 2017b), o prédio é do governo do DF, mas a gestão é terceirizada em parceria com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos.

¹⁴ As RAs com faixa de renda média per capita entre quatro e cinco salários mínimos são exceções. Fazem parte desse grupo Águas Claras (RA XX) e Jardim Botânico (RA XXVII). Ambas são RAs mais novas e se localizam relativamente distantes do Plano Piloto. Há a necessidade de realizar estudos sobre as causas desse fenômeno nessas RAs.

¹⁵ O próprio Governo do Distrito Federal (2017b) admite o déficit no atendimento às crianças de zero a três anos, que poderiam ser atendidas em creches. Enquanto o déficit para crianças de quatro e cinco anos (pré-escola) é de 2.439 vagas (embora pré-escola seja parte obrigatória da educação de crianças pequenas), aproximadamente 20 mil crianças de até três anos não estão sendo atendidas. Portanto, no caso da creche, no DF, a relação oferta e demanda é bastante desequilibrada.

Submetido: 28/10/2017

Aprovado: 19/12/2017

Contato:

Fernanda Müller

Faculdade de Educação

Universidade de Brasília (UnB)

Asa Norte - Brasília | DF | Brasil

CEP 70.910-900